

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO V – Nº 797 – BRASÍLIA, SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JANEIRO DE 1999



Geraldo Melo, entre Antonio Carlos Valadares e Artur da Távola, presidiu a sessão de sexta-feira, em que o Senado promoveu o segundo dia de discussão da emenda constitucional da CPMF

PLENÁRIO

## Senado vota aumento da CPMF amanhã

Semana de muitas deliberações inclui discussão sobre o fim dos manicômios

O plenário do Senado vai votar em segundo e último turno amanhã a proposta de emenda constitucional que aumenta a alíquota e prorroga por mais três anos a cobrança da CPME, apontada pelo governo como um dos pontos fundamentais para o programa de ajuste fiscal. A proposta, de autoria do senador licenciado Elcio Alvares, possibilita-

rá uma arrecadação anual de R\$ 14 bilhões, que será destinada à saúde e à Previdência. Na quinta-feira, a pauta prevê a votação de sete projetos. Um deles tem como objetivo baratear os preços dos remédios e outro extingue, gradativamente, os manicômios do país, implantando uma nova política de atendimento aos doentes mentais.

PÁGINA 3

CCJ



Reunião da CCJ está marcada para quarta-feira, às 10h, e vai discutir as sugestões resultantes da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

### Távola faz críticas à oposição

O senador Artur da Távola provocou a reação dos adversários do governo no Senado, ao afirmar que a oposição não está à altura da crise e que ela se divide em quatro categorias: os



ideológicos, os alternativos, os exibicionistas e os debochados.

PÁGINA 4

### Orçamento fica pronto até quinta

Até quinta-feira a Comissão Mista de Orçamento deverá votar o relatório final do projeto de lei do Orçamento da União para este ano.

PÁGINA 3

### CCJ analisa propostas da reforma política

Três propostas integrantes da reforma político-partidária serão analisadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em sua reunião da próxima quarta-feira, entre elas o projeto de lei que adota o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e a emenda constitucional do voto distrital misto.

PÁGINA 2

# Financiamento público de campanhas está em pauta

CCJ começa a apreciar na quarta-feira propostas elaboradas pela Comissão Especial da Reforma Político-Partidária

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se na próxima quarta-feira, às 10h, com uma pauta de três itens a serem relatados pelo senador Sérgio Machado (PSDB-CE), todos oriundos da Comissão Especial da Reforma Político-Partidária. Uma das matérias em exame é o projeto de lei do Senado que adota o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos.

Com o propósito de dar mais visibilidade ao financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, o projeto fixa, com base em R\$ 7,00 por eleitor alistado, a dotação orçamentária das campanhas eleitorais, estabelecendo critérios de distribuição dos recursos entre a direção nacional e as regionais dos partidos.

Pelo projeto, esses recursos serão distribuídos, em sua totalidade, aos diretórios nacionais dos partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados, na proporção de suas bancadas. E, nas eleições estaduais e federais, os diretórios nacionais dos partidos reservarão 30% dos



Sérgio Machado, que participou da comissão especial, é o relator das propostas de reforma política na CCJ

recursos para sua administração direta, distribuindo os 70% restantes aos diretórios regionais.

## SISTEMA ELEITORAL

Presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a CCJ examinará também a Proposta de Emenda Constitucional nº 42, que institui o sistema eleitoral misto nas eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos deputados.

Por essa proposta, a representação de cada estado e do Distrito Federal será composta em 50%, ou o número inteiro maior mais próximo, de nomes eleitos em distritos uninominais, completando-se essa lista com os nomes constantes de listas partidárias. Nesse pleito, o eleitor terá dois votos desvinculados – um para o candidato do seu distrito e outro para o partido de sua preferência.

A outra proposta de emenda constitucional a ser examinada pelos integrantes da CCJ dispõe sobre a fidelidade partidária, prevendo a perda do cargo eletivo quando seu ocupante deixar o partido pelo qual foi eleito ou quando for violada a disciplina partidária, caracterizada pela desobediência às decisões aprovadas em convenção.

Por essa proposta, poderá ainda perder o mandato o integrante do Legislativo ou do Executivo que cometer violação grave da disciplina partidária, caracterizada pela desobediência às decisões aprovadas em convenção. O objetivo dessa proposta, conforme a Comissão Especial da Reforma Político-Partidária, é o fortalecimento das instituições políticas.

## CE discute política da educação ambiental

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), reúne-se amanhã, às 10h30, para discutir projeto de lei que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, de autoria do deputado Fábio Feldmann (PSDB-SP).

A proposta destina 20% dos valores obtidos com multas aplicadas a agressores do meio ambiente a programas de estudo, educação, pesquisa, divulgação e conscientização das pessoas para a importância de se defender a natureza.

Já aprovado pela Câmara, o projeto define objetivos, princípios e instrumentos para que seja execu-

tada no Brasil uma política educacional de meio ambiente, inclusive prevendo a inclusão do assunto nos currículos das escolas de ensino fundamental, médio e superior.

Fábio Feldmann afirma em sua justificativa que, seguindo o exemplo da Constituição federal, todas as constituições estaduais incluíram em seus textos capítulos sobre a proteção do meio ambiente, definindo a educação ambiental como um dos principais instrumentos dessa proteção. No entanto, não existe até agora uma legislação específica sobre como deve ser executada essa educação ambiental, o que será possível com o projeto em discussão.

## CRE examina nomes de novos embaixadores

Duas mensagens presidenciais indicando embaixadores serão apreciadas amanhã pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em reunião marcada para as 17h30. O ministro de primeira classe Ruy Nunes Pinto Nogueira foi indicado para ocupar o cargo de embaixador do Brasil junto à República da Venezuela e o ministro de primeira classe Henrique Rodrigues Valle Júnior para o cargo de embaixador junto ao Canadá. As mensagens, relatadas pelos senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Hugo Napoleão (PFL-PI), respectivamente, serão submetidas depois à deliberação do plenário.



## AGENDA

SEGUNDA-FEIRA, 18 DE JULHO DE 1998

PLENÁRIO
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).
PREVISÃO DE TRABALHOS
PLENÁRIO
Terça-feira (19.01.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: Votação, em segundo turno, da PEC nº 34/98, que prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).
Quarta-feira (20.01.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: *PDL nº 19/98, que aprova o texto da Convenção da Unidroit sobre os Bens Culturais Furtados ou Ilícitamente Exportados.
Quinta-feira (21.01.99)
▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será dedicado a homenagear o ex-senador João Calmon, falecido no último dia 10. Oradores Inscritos: Emília Fernandes, Hugo Napoleão e Ronaldo Cunha Lima Pauta: Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao *PLC nº 8/91, que dispõe sobre a extinção progressiva dos manicômios; *PDL nº 2/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos Condenados, celebrado entre o Brasil e o Chile; *PDL nº 3/99, que aprova o texto do Tratado sobre a Transferência de Presos, celebrado entre o Brasil e a Argentina; *PLC 48/98, que dispõe sobre o ensino no Exército brasileiro; *Ofício nº S-89/98, que encaminha solicitação do governo de Goiás acerca de operação de crédito baseada no contrato de abertura de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; *Ofício nº S/2/99, que encaminha solicitação do governo do Ceará acerca de operação de crédito entre a União e aquele estado, no âmbito do Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária; e *PLC nº 53/98, que altera a Lei nº 6.360/76, que dispõe sobre a vigilância sanitária, estabelece o medicamento genérico e dispõe sobre a utilização de nomes genéricos em produtos farmacêuticos.
Sexta-feira (22.01.99)
▶ 9h - Sessão não deliberativa
COMISSÕES
Terça-feira (19.01.99)
▶ 10h30 - Comissão de Educação Pauta: Apreciação do *PLC nº 61/97, que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental; e *PLC nº 03/99, que dispõe sobre a Educação em Direitos Humanos e institui a Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio. Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa
▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: *Mensagem nº 245/98, que submete ao Senado o nome do senhor Ruy Nunes Pinto Nogueira, ministro de primeira classe, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Venezuela; e *Mensagem nº 25/99, que submete ao Senado o nome do senhor Henrique Rodrigues Valle Júnior, ministro de primeira classe, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Canadá. Sala 7 da Ala Senador Alexandre Costa
Quarta-feira (20.01.99)
▶ 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Pauta: Apreciação do *PLS nº 188/98, que dispõe sobre o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; *PEC nº 42/98, que dá nova redação aos artigos 45 e 56 da Constituição, instituindo o Sistema Eleitoral Misto para as eleições para a Câmara dos Deputados, vedando a coligação partidária nas eleições legislativas e dispondo sobre a suplência dos deputados; e *PEC nº 44/98, que dá nova redação aos artigos 17 e 55 da Constituição que tratam da fidelidade partidária. Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa
ESPECIAL
Quarta-feira (20.01.99)
▶ 12h - Cultura ao Meio-Dia <i>Indochina</i> , dirigido por Régis Wargnier. Produção francesa de 1992. Vencedor do Oscar e do Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro daquele ano. Superprodução que concilia romance com as implicações políticas da colonização francesa no Vietnã. Classificação etária: 12 anos. Auditório Patrônio Portella

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho  
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo

Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CPMF será votada amanhã em segundo turno

Proposta de prorrogação por três anos da contribuição, com aumento de alíquota para 0,38% nos 12 primeiros meses e 0,30% nos 24 meses seguintes, é apontada pelo governo como fundamental para o programa de ajuste fiscal

O Senado terá uma semana de muita discussão e votação. Amanhã, será votada em segundo e último turno a proposta de emenda constitucional que aumenta a alíquota e prorroga por mais três anos a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Essa mudança, que deve gerar uma arrecadação anual próxima de R\$ 14 bilhões, é apontada pelo governo como um dos pontos fundamentais do programa de ajuste fiscal.

De autoria do senador licenciado Elcio Alvares (PFL-ES), a emenda aumenta a CPMF dos atuais 0,20% para 0,38% nos 12 primeiros meses de sua prorrogação. Nos dois anos posteriores, a alíquota cairá para 0,30%. Os recursos da contribuição serão divididos entre a Saúde e a Previdência Social. A cobrança da atual CPMF irá até o próximo dia 22 e a nova vigência só ocorrerá 90 dias depois de promulgada a emenda constitucional pelo Congresso. Depois de votada no Senado, a proposta será apreciada pelos deputados, também em dois turnos.

Na quinta-feira, serão votados pelo plenário sete projetos, entre eles um destinado a baratear os preços dos remédios. Ele exige que os laboratórios coloquem o nome farmacológico nas embalagens e bulas dos medicamentos, além do nome comercial. Boa parte dos remédios é fabricada por mais de um la-

boratório e aqueles de nomes mais conhecidos custam até 70% mais que os outros, apesar do conteúdo químico ser o mesmo. Os médicos da rede pública terão de colocar nas receitas a denominação farmacológica do remédio. O projeto tem parecer favorável do relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).



O projeto que pode tornar os remédios mais baratos tem parecer favorável de Lúcio Alcântara

## Extinção de manicômios deve ser decidida na quinta

Também na quinta-feira, o plenário deve votar o projeto que extingue gradativamente os manicômios do país, implantando uma nova política de atendimento a doentes mentais. O projeto, um substitutivo do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), também impede que um doente mental seja abrigado em asilo, mas mantém os hospitais psiquiátricos, desde que deem toda assistência médica, psicológica e ocupacional aos doentes.

Na mesma sessão da tarde de quinta-feira, os senadores decidirão sobre dois acordos de transferência de presos condenados, já assinados pelo governo



Sebastião Rocha apresentou substitutivo que obriga hospitais a dar assistência aos doentes

brasileiro com a Argentina e o Chile. Se aprovados no Senado, presos chilenos e argentinos, condenados no Brasil pelo se-

questro do empresário Abílio Diniz, serão os primeiros beneficiários dos acordos. Durante a semana, o plenário do Senado votará ainda projetos sobre operações financeiras de estados e outros acordos externos.

As comissões do Senado também terão muito trabalho na terceira semana de convocação extraordinária do Congresso durante o recesso parlamentar. Na quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Ci-

dadania (CCJ) começará a discussão de oito propostas de emenda constitucional e três projetos de lei que mudam profundamente a legislação político-partidária do país, extinguindo inclusive o voto obrigatório e acabando com o segundo turno nas eleições para governador e prefeito das grandes cidades.

Já a Comissão de Educação discutirá amanhã projeto que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e destina 20% do valor das multas decorrentes do descumprimento da legislação ambiental para projetos de pesquisa, educação e divulgação na área de meio ambiente.

## Comissão Mista de Orçamento aprecia relatório nesta semana



Depois de aprovado pela comissão (foto), o projeto de Orçamento para 1999 será apreciado pelo Congresso

A Comissão Mista de Orçamento entra na reta final de seus trabalhos. Os relatórios setoriais já foram finalizados e até a próxima quinta-feira o relatório final deverá ser concluído e votado pela comissão, conforme prevê o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), relator-geral do projeto. Após essa etapa, a matéria será apreciada pelo Congresso.

Os relatórios setoriais apontam para a manutenção dos recursos destinados às áreas da saúde, com a preservação de programas como o de erradicação da dengue; da

educação, assegurando dotações para todas as escolas técnicas e agrotécnicas federais; e da agricultura, incluindo recursos para a reforma agrária.

Os maiores cortes no Orçamento, de acordo com Tebet, foram nos recursos destinados ao pagamento de precatórios (dívidas judiciais) não transitados em julgado. Com relação aos cortes nas dotações para a manutenção das estradas, o senador disse que eles foram minimizados pelas emendas das bancadas estaduais, quase sempre, destinadas às rodovias.



### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

SEXTA-FEIRA, 15 DE JANEIRO DE 1999

1

Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 1998 (Elcio Alvares e outros). Prorroga, alterando a alíquota, a cobrança da contribuição a que se refere o art. 74 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CPMF).

Resultado: Encerrado o segundo dia de discussão, em segundo turno. A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de segunda-feira, para o terceiro e último dia de discussão, em segundo turno.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

# Távola afirma que oposição não está à altura da crise

Senador divide adversários do governo em quatro categorias e diz que “ideológicos” e “alternativos” são os únicos que sabem propor saídas

Ao analisar a atuação da oposição, não apenas no Senado, mas em todo o país, no momento em que o Brasil enfrenta graves dificuldades econômicas, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) classificou na sexta-feira os opositores em quatro categorias: os ideológicos, os alternativos, os exibicionistas e os debochados. Ele acrescentou que a oposição brasileira não está à altura da crise.

A oposição ideológica, na avaliação de Artur da Távola, tem como um dos representantes o senador Lauro Campos (PT-DF). O senador pelo Rio de Janeiro explicou que esse tipo de opositorista, que ele respeita, não está interessado em colocar obstáculos para o governo, mas em defender idéias e finalidades, de acordo com sua visão ideológica do mundo.

Já a oposição alternativa, explicou Artur da Távola, tem como integrantes o senador Roberto Freire (PPS-PE) e o deputado federal Fernando Gabeira (PV-RJ). Ele exemplificou a atuação desse tipo de opositorista, ao relatar que, na quinta-feira passada, Freire e Gabeira propuseram ao presidente Fernando Henrique Cardoso um pacto, reunindo operários, empresários e a classe política, a fim de



Por considerá-la um tipo menos qualificado, Távola preferiu não citar exemplos do que ele classificou de “oposição exibicionista”

encontrar saídas para a crise que o país enfrenta.

## EXIBICIONISTAS

– À terceira forma de oposição, a exibicionista, interessam muito mais os próprios propósitos do que os objetivos finais até da ação política do ponto de vista ideológico. Ela estabelece um pacto com certos segmentos da imprensa, e com grande êxito provoca acidentes de percurso, problemas e embaraços, desde que eles proporcionem um espaço grande e grandiloquente nos meios de co-

municação – classificou Artur da Távola.

Por considerá-la um tipo de oposição menos qualificada, Távola eximiu-se de citar alguns nomes como exemplos de oposição exibicionista. Ele completou sua classificação falando da oposição debochada, liderada, segundo disse, pelo deputado federal Delfim Netto (PPB-SP), que se caracteriza, a seu ver, pela indiferença e pelo relativo brilho verbal para a colocação de intrigas e antagonismos.

# Sistema federativo exige novo pacto, diz Guerra

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) alertou na sexta-feira, da tribuna, que o país vive “uma crise do sistema federativo, que está a exigir um novo pacto, uma nova forma de relacionamento entre estados e União”. O parlamentar defendeu uma “união nacional nesse momento de crise, em defesa do Brasil”. Mas ressaltou: “Uma união com princípios, sem subserviência, sem ser motivada pelo pânico do caos”.

De acordo com o parlamentar, por trás dos acontecimentos que configuram a crise brasileira, com seus reflexos econômicos, políticos e sociais, “dissimula-se a verdadeira causa da crise, que é a crise do sistema federativo”. Guerra avalia que o advento do neoliberalismo no mundo trouxe junto “a modalidade mais perversa do capitalismo”:

– Acabou-se o Estado do bem-estar social. Hoje, o que se constata é o desemprego em massa, as pessoas jogadas à própria sorte. No entender do senador, o fenômeno da globalização também traz como premissa “o enfraquecimento da soberania das nações”. Há chefes de Estado, observou, que “se ajoelham diante dos banqueiros internacionais e das instituições

multilaterais que tratam da esfera econômico-financeira”. Guerra considera que “as dissensões a que assistimos hoje no Brasil são reflexo de crise maior, em escala mundial”.

A movimentação dos governadores de estados brasileiros, por conta da crise, ilustra a necessidade de uma reavaliação do sistema federativo nacional, de acordo com a análise do parlamentar. Paulo Guerra lembrou que, para além das manifestações de solidari-

idade ao governo federal, por parte dos governadores reunidos recentemente em São Luís, no Maranhão, “o que se constatou foram queixumes, muitos queixumes”.

Os desejos dos governadores solidários com o presidente da República, disse o senador, provavelmente não serão muito diferentes das reivindicações dos governadores de oposição, que estarão reunidos hoje, em Belo Horizonte. “Não nos surpreendamos se houver coincidência de reclamações, de reivindicações e de análise”, concluiu Paulo Guerra, lembrando os pedidos de renegociação de dívidas estaduais ouvidos no encontro de São Luís.



Guerra disse que até governadores aliados têm muitas queixas a fazer

## “Governo tem mais erros”, diz Ademir

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) discordou do pronunciamento de Artur da Távola. Disse que o governo tem mais erros que a oposição, entre os quais a má condução econômica, que motivou a crise atual.

Na avaliação do senador parense, o presidente Fernando Henrique Cardoso nunca convidou a oposição para um debate sério sobre os problemas do Brasil. Ademir Andrade também questionou a imprensa, por sempre se posicionar, em sua opinião, de forma favorável às ações do governo federal.

Já o senador Lauro Campos (PT-DF) respondeu a Artur da Távola dividindo o governo em várias classificações: autoritário, globalizante, petulante, desenvolvimentista imaginário e de uma ingovernabilidade crescente. Ele



Presidente nunca chamou oposição para um debate sério, diz Ademir



Lauro: governo também pode ser dividido em várias categorias



Valadares: quem não está à altura da crise é o governo

ironizou o fato de o senador pelo Rio de Janeiro ter conseguido classificar a oposição:

– O senhor conseguiu classificar algo que, segundo o presidente Fernando Henrique Cardoso, não existe – completou o senador do Distrito Federal.

Depois de elogiar as qualidades de Távola, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) contestou

seu pronunciamento e afirmou que, ao invés da oposição, quem não está à altura da crise é o governo Fernando Henrique Cardoso, que, no seu entender, não teve competência para evitar os problemas. Ele disse que há muito tempo a oposição alerta sobre a crise, mas o governo preferiu desviar os seus esforços para o projeto de reeleição.

## Amorim aponta desmonte do Estado e cobra metas

O desmonte do Estado brasileiro cresce em ritmo assustador. A afirmação foi feita pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO) ao apontar a crise em áreas como a agricultura e pecuária, e entre a classe trabalhadora.

– Com tais desmontes, aumentam os índices de desemprego, analfabetismo, violência, prostituição, fome e miséria. A perspectiva da queda de produção e o desemprego são assustadores. Os exércitos de sem-terra e de desempregados se constituem de blocos que crescem aceleradamente – alertou.

Amorim lembrou que, na virada do século, o Brasil terá 8,6 milhões de jovens desempregados na faixa etária de 16 anos, que vão juntar-se a outros 6,7 milhões de trabalhadores demitidos e aos 37 milhões de

trabalhadores da economia informal, sem emprego fixo e direitos trabalhistas.

Para o senador, é preciso que o presidente Fernando Henrique intervenha na economia com um plano de metas que invista maciçamente na agricultura e na pecuária, para inverter o fluxo de migração do campo para as grandes cidades. Amorim defende a implementação das reformas tributária e previdenciária e espera que os bancos oficiais abram linhas de crédito com taxas de juros “civilizadas”.



Amorim pede investimentos maciços na agricultura

## José Alves quer revisão dos tributos e encargos da agricultura

Uma revisão urgente nas leis tributárias e trabalhistas para a agricultura, como forma de melhorar as relações de trabalho e impulsionar a geração de empregos, foi pedida na sexta-feira pelo senador José Alves (PFL-SE).

– Em muitos casos, o emprego rural está se tornando uma armadilha para o empregador ou uma sonegação de direitos para o empregado, tão grandes são as dificuldades operacionais e as exigências legais para o homem do campo cumprir os encargos da burocracia e a voracidade do fisco, que tornam proibitiva a atividade rural – afirmou.

José Alves traçou um amplo painel do setor agrícola. Lembrou que o setor e a indústria a ele relacionada respondem por 40% do PIB e empregam 52% da população economicamente ativa do país, o que justificaria maior apoio à agricultura.

– A versão do Orçamento de 1999 atinge a agricultura com uma poda na perspectiva de aumento de seus recursos, quando já era muito pequena a sua fatia no bolo orçamentário – comentou.

Como resultado, segundo José Alves, o país acaba importando uma série de produtos nos quais teria condições de se tornar auto-suficiente.

– O Brasil possui 150 milhões de hectares de áreas agricultáveis não utilizadas e ainda importa, por exemplo, mais de 100 mil toneladas de feijão por ano; e, tendo o segundo maior rebanho bovino do planeta, importa leite e carne – lamentou.

A dificuldade de acesso às linhas de crédito constitui, no entender do senador, a razão para os problemas do setor. A maior parte dos produ-



José Alves lamenta escassez de recursos para o setor primário

tores, de acordo com José Alves, acaba tendo que financiar a produção com recursos próprios ou por meio de endividamento a juros mais altos.

– Além da escassez de recursos, da inadimplência universal do meio rural, do atraso dos financiamentos, ainda existe o fato de que não chega a 20% a parcela de agricultores que têm acesso ao crédito rural – ressaltou.

### FÓRUM DA AGRICULTURA

Neste contexto de crise no setor, o senador sergipano saudou a criação de uma instituição que tem proposto soluções para os problemas agrícolas. Trata-se do Fórum Nacional da Agricultura, composto por representantes do governo e de setores ligados ao meio rural.

Relatório elaborado pelo fórum alerta, segundo José Alves, para a necessidade de que seja ampliada em 3% ao ano a produção, com o propósito de alimentar a população e gerar divisas e empregos. O documento aponta como caminhos para o setor o incremento dos financiamentos, a simplificação tributária, o desenvolvimento tecnológico e o incentivo à agricultura familiar, entre outras medidas.

## TV Senado debate agilização da Justiça trabalhista

A TV Senado promove hoje um debate sobre proposta que visa desobstruir e agilizar a Justiça trabalhista, além de reduzir sua despesa. Um dos convidados do programa é o senador Arlindo Porto (PTB-MG), autor do projeto que propõe a criação de um novo espaço de negociação no âmbito da Justiça do Trabalho – as Câmaras Intersindicais de Conciliação.

O outro debatedor é o vice-presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Almir Pazzianotto, para quem a proposta surge num

momento ideal, quando os tribunais trabalhistas registram alta demanda, com cerca de 2 milhões e 500 mil ações ajuizadas anualmente. Tal fato torna a Justiça do Trabalho lenta e de custo elevado. O ministro informa, também, ter acompanhado experiências similares já em funcionamento em Patos de Minas e em Londrina (PR), com resultados que considera bastante positivos.

O debate, intermediado pelo repórter Beto Almeida, vai ao ar à 1h e às 5h, 13h30 e 21h15.

# Hollanda cobra ação efetiva contra trabalho infantil

Senador pernambucano defende planejamento familiar e adoção de programas como o da bolsa-escola

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) afirmou que a ação do governo visando coibir o uso da mão-de-obra infantil está longe de ser suficientemente eficaz. Em discurso proferido na sexta-feira, quando fez uma análise sobre o trabalho infantil, Hollanda cobrou de prefeituras e governos estaduais uma mobilização, junto com entidades representativas da sociedade, para “atacar de frente” o problema.

– Enquanto nossos mandatários teimarem em ignorar a extrema injustiça e perversidade que existe no fato de obrigarmos nossas crianças a trabalhar desde a mais tenra idade, só estaremos colocando lenha no fogo que alimenta o caldeirão de nossos conflitos sociais – alertou o senador por Pernambuco.

Como medida que pode combater o trabalho infantil, Hollanda citou o programa de bolsa-escola, recentemente adotado pelo governo federal com base em experiências bem sucedidas, como a do Distrito Federal. Programas de controle familiar tam-



Na opinião de Hollanda, é preciso dar a todo brasileiro condições de estudar na idade apropriada e espaço para trabalhar após obter qualificação profissional

bém são, na opinião do senador, necessários para que se evitem proles numerosas.

Por outro lado, o senador reconheceu que se trata de uma questão complexa, de difícil equacionamento a curto prazo. A solução, segundo ele, envolve problemas estruturais graves da sociedade brasileira, como a “histórica exploração das classes pobres”, às quais não são dadas chances de ascensão.

O valor do salário mínimo (R\$ 130) foi apontado como “ínfimo”

pelo senador. Dessa maneira, analisou, os pais não têm como prover o sustento de suas crianças sem que elas trabalhem, de forma que “estudar não lhes é permitido, se querem sobreviver”.

– Se queremos que o Brasil seja uma grande nação no século XXI, devemos começar a prepará-lo desde já, dando a todo brasileiro condições de estudar na idade apropriada e espaço para trabalhar, após obter boa qualificação profissional. Essa é a receita para o nosso sucesso – concluiu Hollanda.

## Ronaldo pede equidade no seguro-desemprego

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) manifestou sua preocupação com o crescente índice de desemprego no país e criticou a atual política de atendimento do seguro-desemprego, gerenciado pelo Ministério do Trabalho, por dar tratamento diferenciado às regiões brasileiras. Ele criticou o fato de o programa beneficiar as regiões metropolitanas em detrimento de outras, como, por exemplo, o Nordeste.

– O mesmo sofrimento e agrura por que passa o desempregado de São Paulo passa o desempregado de Campina Grande – frisou o senador.

Ronaldo Cunha Lima disse ser necessário que o colegiado gestor do programa reestude suas ações para atender a todas as regiões



O mesmo sofrimento por que passa o desempregado de São Paulo passa o de Campina Grande, diz Ronaldo

brasileiras com equidade e critérios justos, sem a demora na liberação do benefício estabelecido.

Para o senador, “o que mais dói é ver pais de família buscando a dig-

nidade do trabalho para o sustento dos seus e se deparando com a triste realidade do desemprego e o consolo sofrível da migalha do auxílio-desemprego”.

# Campos vê razões para impugnar mandato de Dante

Senador credita abusos apontados pelo procurador eleitoral em Mato Grosso às distorções do instituto da reeleição. Segundo ele, muitos políticos não puderam fazer frente “às máquinas administrativas avassaladoras”



Francelino quer proteger municípios que forem criados na área de atuação da Sudene

## Projeto de Francelino ajuda novos municípios

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) apresentou projeto de lei na manhã de sexta-feira em favor dos novos municípios que forem criados na área de atuação da Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste) a partir da emancipação de distritos. A legislação atual exclui esses novos municípios dos benefícios da instituição de fomento ao desenvolvimento regional. De acordo com o senador, as regras vigentes estabelecem que os municípios da área da Sudene “a ela pertencem por nomeação direta ou por sua localização na área de sua jurisdição”. Nesse contexto, acrescenta Francelino, “o desmembramento de municípios passa a significar a exclusão dos mesmos”. Francelino Pereira destacou que sua proposta não implica o acréscimo de qualquer território novo à jurisdição da autarquia. “Os municípios situados dentro da área de jurisdição da Sudene não mencionados na legislação pertinente estão automaticamente incluídos naquela área para todos os efeitos legais e administrativos”, segundo dispõe o projeto de lei apresentado.

O procurador regional eleitoral de Mato Grosso, Moacir Mendes de Sousa, pediu a impugnação do mandato do governador Dante de Oliveira, informou na sexta-feira o senador Júlio Campos (PFL-MT). De acordo com o senador, o pedido de impugnação junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) baseia-se em crimes eleitorais como distribuição de títulos eleitorais sem validade, compra de votos, obras em proveito eleitoral e manipulação de dados de pesquisas eleitorais, cometidos durante o processo eleitoral de outubro último. Em vista do que qualificou de uma eleição injusta e desigual, Júlio Campos, que disputou o pleito com o governador reeleito, não se considerou derrotado.

– Não me sinto derrotado, mas até vitorioso. Diante do quadro que se viu no estado, nós deveríamos ter conseguido no máximo 20% dos votos. Mas alcançamos 39% – afirmou o senador, lembrando denúncia feita por ele ao Ministério da Fazenda de que o governo sacara R\$ 35 milhões dos recursos destinados

ao pagamento da dívida estadual para compra de votos.

Júlio Campos creditou os abusos cometidos pelo governador às distorções do instituto da reeleição. Um exemplo disso, segundo ele, foi o desempenho de líderes políticos expressivos, que não puderam fazer frente “às máquinas administrativas avassaladoras e à avalanche de compra de votos”.

O senador mato-grossense recebeu a solidariedade de diversos senadores. Apesar de apoiar o instituto da reeleição, o senador Edison Lobão (PFL-MA) reconheceu a necessidade de se impor limites. “Ao aprovar a reeleição, não tivemos o cuidado de estabelecer a desincompatibilização dos governantes”, observou. A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) concordou com Lobão e disse acreditar que os episódios das últimas eleições levem a um reexame da reeleição. “Espero que o Congresso Nacional e o presidente Fernando Henrique Cardoso cheguem à conclusão de que não é viável a reeleição com

o governante no cargo”, afirmou.

O senador José Alves (PFL-SE) disse que a campanha eleitoral em Mato Grosso não foi exceção. Para ele, o quadro grave relatado por Júlio Campos corresponde ao ocorrido em todo o país. “Em Sergipe, não foi diferente. Uma máquina eleitoral gigantesca foi movida com recursos da privatização da empresa estadual de energia”, acusou. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que não se tenha conseguido minimizar “o ímpeto do poder econômico” durante as discussões da emenda da reeleição. “Como resultado, tivemos uma eleição viciada e marcada pela corrupção eleitoral e a frau-



Júlio Campos disse que, diante da “eleição injusta e desigual”, não se considera derrotado

de”, frisou. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lamentou a derrota de Júlio Campos: “Mato Grosso ainda chora a sua derrota e um jejum de obras de quatro anos”.

## Marluce pede revisão de portaria sobre área indígena

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) defendeu na sexta-feira, da tribuna, uma revisão na portaria que declarou como posse permanente dos índios a área contínua denominada Raposa Serra do Sol, em seu estado. A senadora manifestou sua surpresa com a rapidez da decisão sobre questão tão polêmica, assim como a demarcação em área contínua sem salvaguardar sequer as fazendas produtivas existentes na região.

Marluce Pinto chamou a atenção para o tamanho da área, superior a 1,6 milhão de hectares, com perímetro de aproximadamente mil quilômetros. Nessa área, segundo informou, há centenárias fazendas produtivas, com equipamentos de última geração e muitas benfeitorias. Somente a produção de arroz dessas propriedades para a próxima safra, disse, está estimada em um milhão de sacas.

De acordo com a senadora, há também na região um grande e diversificado rebanho, além de culturas de soja, milho e feijão. Na área



Marluce Pinto ficou surpresa com rapidez da decisão sobre questão tão polêmica

estão ainda dezenas de escolas de primeiro e segundo grau, com mais de três mil alunos, e vários hospitais, postos de saúde, postos da Polícia Militar, 400 quilômetros de estradas estaduais e 78 quilômetros das BRs 174 e 401. Segundo a senadora, dentro da região estão encravados os municípios de Pacaraima, Normandia e Uiramutã, e em suas sedes e distritos há postos de serviços das empresas de energia, água e telefonia de

Roraima.

Marluce Pinto afirmou não ser contra a demarcação da reserva indígena, mas disse que a criação da área contínua “reacendeu insatisfações tanto dentro das comunidades indígenas quanto junto aos produtores rurais e habitantes não-índios da região”. A senadora citou reportagem publicada no último dia 14 na *Folha de Boa Vista*, que mostra a invasão da sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) por 70 silvícolas habitantes da região, em protesto contra a demarcação.

Citou ainda duas lideranças indígenas e suas declarações contrárias à delimitação da área.

Ela recordou a visita que fez, junto com o então governador Otomar Pinto e deputados federais e estaduais do estado – acompanhados dos líderes dos 3.710 índios que vivem nas comunidades de Wapichana, Macuxi e Taurepang –, ao ministro da Justiça e ao procurador-geral da República, em setembro de 1994. À época, ela

já manifestara sua preocupação com a demarcação da área contínua, entregando às autoridades trabalhos do antropólogo Hélio da Rocha e do professor Alcir Gursen de Miranda sobre o assunto. Também foi entregue “farta documentação comprovando a existência do homem branco na região desde o século XIX”.

Marluce lembrou, ainda, que a região tem limites com a Venezuela e a Guiana, e que o Brasil tem boas relações com esses dois Estados, mas, observou, não se sabe se a harmonia irá perdurar para sempre.

– A fronteira não pode ficar sem o homem branco – afirmou.

A senadora afirmou que estará com o ministro da Justiça, Renan Calheiros, amanhã. Ela elogiou a atenção com que o ministro tem tratado o assunto, e convidou-o a visitar a área Raposa Serra do Sol “para verificar e sentir a realidade atual existente”. Marluce Pinto pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ao líder de seu partido no Senado, Jader Barbalho (PA), e a todos os senadores a “irrestrita solidariedade” a causa que afirmou não ser somente sua, mas de toda uma população.

## PROGRAMAÇÃO



## TV SENADO

## HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Tênis  
 7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; Assunto: Estrabismo - 1ª parte  
 7h55 - *Senado em Pauta*  
 8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: AeroBahia  
 8h30 - *Jornal do Senado*  
 8h55 - *Senado em Pauta*  
 9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, Serra dos Órgãos  
 9h30 - *Entrevista* - O secretário dos Direitos Humanos, José Gregori, fala sobre a qualidade dos programas de televisão  
 9h55 - *Senado em Pauta*  
 10h - *Cores do Brasil* - Ouro Preto  
 10h30 - *Saúde Todo Dia* - Tênis  
 10h55 - *Senado em Pauta*  
 11h - *Especial Unip* - Assunto: Clínica Geral - 1ª parte  
 11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando a bailarina Márcia Aidê  
 12h - *Cores do Brasil* - São Luís do Maranhão  
 12h30 - *Entrevista com o secretário dos Direitos Humanos, José Gregori*  
 12h55 - *Senado em Pauta*  
 13h - *Cores do Brasil* - Diamantina  
 13h30 - *Cidadania* - O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o senador Arlindo Porto falam sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação, como alternativa para desobstruir, agilizar e reduzir custos da Justiça trabalhista  
 14h30 - Sessão Plenária (ao vivo) - Em discussão, a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga a CPMF  
 18h30 - *Cores do Brasil* - Bahia  
 19h - *Palestra* - Associação dos Docentes da Escola Superior de Guerra - 1º progra-

ma  
 20h30 - *Entrevista* com o secretário dos Direitos Humanos, José Gregori  
 21h - *Jornal do Senado*  
 21h15 - *Cidadania* - O ministro do Tribunal Superior do Trabalho, Almir Pazzianotto, e o senador Arlindo Porto falam sobre a criação de câmaras intersindicais de conciliação, como alternativa para desobstruir, agilizar e reduzir custos da Justiça trabalhista  
 22h - Sessão Plenária (reapresentação) - Em discussão, a proposta de emenda constitucional que aumenta e prorroga a CPMF

Obs.: Durante a programação serão transmitidos *flashes* de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

## RÁDIO SENADO

## HOJE

8h - Agenda Senado  
 Em seguida - Música e informação  
 14h30 - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
 Em seguida - Música e informação  
 19h - "A Voz do Brasil"  
 Em seguida - Música e informação  
 20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"  
 Em seguida - Música e informação  
 21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"  
 Em seguida - Música e informação  
 21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"  
 Em seguida - Música e informação  
 0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
 Em seguida - Música e informação

# José Gregori sugere a emissoras adoção de manual de qualidade

Em entrevista à TV Senado, o secretário de Estado dos Direitos Humanos relata a sua "cruzada" para melhorar nível da programação

Cada emissora de TV deveria elaborar uma espécie de "Manual de Qualidade". A sugestão, levada às redes de televisão pelo secretário de Estado dos Direitos Humanos, José Gregori, teve boa receptividade, conforme revela o secretário em entrevista à TV Senado.

No programa, Gregori relata sua "cruzada" para melhorar o nível dos programas de TV no Brasil. Ele fala de suas reuniões com representantes dos canais abertos e das TVs por assinatura, e garante: as emissoras já reconheceram que a guerra selvagem

pela audiência faz com que excessos sejam cometidos.

Gregori lembra que as emissoras são concessões públicas e, assim, precisam ter uma preocupação com a cultura, a cidadania e os direitos humanos. Daí a idéia de que cada TV crie um "Manual de Qualidade" ou que a Associação Brasileira de Estabelecimentos de Rádio e Televisão (Abert) elabore um código a ser adotado pelas emissoras. Nos dois casos haveria fiscalização e punições aos infratores, propõe Gregori. Mas o secretário garante que qualquer forma de censura está definitiva-

mente descartada. Ressalta, no entanto, que "é preciso ter bom senso para evitar os problemas que vêm sendo registrados com a programação". Segundo o secretário, a população reclama muito dos excessos praticados pelas emissoras.

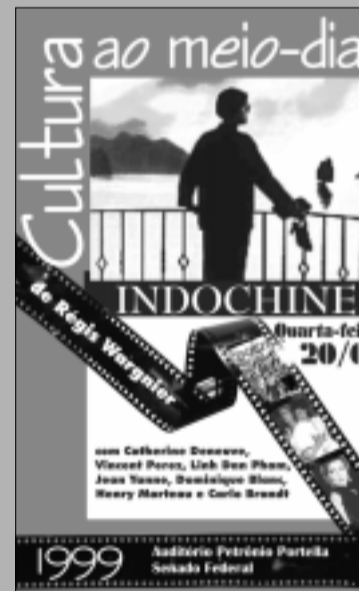
Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 4h30, 9h30, 12h30 e 20h30, Gregori também fala sobre o prêmio que recebeu recentemente da ONU em razão de sua luta em prol dos direitos humanos.

A entrevista foi conduzida pelos repórteres Solange Calmon e César Mendes.

## Indochina abre mês do cinema francês do Cultura ao Meio-Dia

O filme *Indochina* é a atração da próxima quarta-feira, às 12h, do projeto *Cultura ao Meio-Dia*, do Senado Federal. Produção francesa de 1992, o filme ganhou o Oscar e o Globo de Ouro de melhor filme estrangeiro. Dirigido por Régis Wargnier, o filme conta a história de uma proprietária de seringal e de sua filha adotiva, apaixonadas pelo mesmo homem, durante a ocupação francesa na Indochina (atual Vietnã), a partir dos anos 30. O elenco é composto por Catherine Deneuve (prêmio Cesars de

melhor atriz), Dominique Blanc (prêmio Cesars de atriz coadjuvante), Vincent Perez, Linh Pham, Jean Yanne, Henry Marteau e Carlo Brandt. O *Cultura ao Meio-Dia*, desenvolvido pela Subsecretaria de Relações Públicas do Senado Federal, terá em seu programa, em sua edição 99, grandes filmes do cinema mundial de todas as épocas. O mês de janeiro será dedicado ao cinema francês. Os filmes são apresentados no Auditório Petrônio Portella, com entrada franca.



### COMO SINTONIZAR

## TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

## RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
  - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
  - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
  - Satélite: Brasilsat B2
  - Polarização: Vertical (RX)
  - Modo: Joint-Stereo
  - Taxa: 128 Kbps-BPSK
  - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

## Odacir vê inauguração de parque gráfico como fato marcante do final do século XX

O senador Odacir Soares (PTB-RO) registrou a inauguração do novo parque gráfico dos jornais *O Globo* e *Extra*, no Rio de Janeiro, na quarta-feira, classificando a data como "um dos dias mais importantes na história da imprensa nacional". Para o se-



Odacir Soares aponta conquista tecnológica

nador, o acontecimento é uma conquista no campo da tecnologia

avançada e da instrumentação industrial voltadas para a área jornalística, mas sem ficar restrita a ela.

— Tem significado para o Brasil todo, pois a estrutura construída e operacionalizada traduz uma certeza: a fé na capacidade de realização dos brasileiros e, portanto, a certeza do crescimento do Bra-

sil — afirmou Odacir.

Lembrando o pioneirismo no uso de novas tecnologias e as realizações passadas das Organizações Globo, Odacir Soares disse que a inauguração do novo parque gráfico é um fato marcante do final do século XX e vai além do próprio setor da comunicação, "porque traduz uma realidade maior, a realidade do complexo e provocante mundo da capacidade humana de prever, conceber, planejar, decidir e efetivar".

# Emília destaca concurso sobre Israel

Senadora anuncia que autoras das melhores monografias receberão seus prêmios no dia 17 de março, em solenidade no Salão Negro do Congresso Nacional

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) anunciou que os vencedores do concurso de monografia sobre os 50 anos do Estado de Israel receberão seus prêmios no próximo dia 17 de março, no Salão Negro do Congresso Nacional, às 18h30, das mãos do presidente Antonio Carlos Magalhães. "Por coincidência, foram selecionados os trabalhos de três mulheres que, além do prêmio em dinheiro, serão contempladas com viagem de dez dias a Israel, com hospedagem e direito a acompanhante", disse a senadora.

Para Emília, os 400 trabalhos apresentados por alunos de nível médio espelham o interesse dos estudantes brasileiros no conhecimento do papel histórico, religioso, cultural e social do povo e do Estado de Israel no cenário mundial, bem como de suas conquistas e experiências acumuladas em milhares de anos.

A senadora pelo Rio Grande do Sul lembrou o papel relevante que o embaixador Oswaldo Aranha, seu conterrâneo, teve na qualidade de presidente da Assembléia-Geral da Organização das Nações Unidas



Emília Fernandes, com vencedoras do concurso, em visita ao embaixador de Israel

quando, em 1947, foi criado o Estado de Israel, tornando realidade um sonho de 2000 anos dos judeus. "O líder sionista David Ben-Gurion proclamou em 14 de maio de 1948 o Estado de Israel na antiga pátria judaica", lembrou.

Segundo Emília Fernandes, Israel é, a um só tempo, um país velho e jovem: nele nasceu o povo judeu, 5000 anos atrás. "Hoje, como nos tempos antigos, Israel é um país onde, geo-

gráfica e culturalmente, o Oriente se encontra com o Ocidente e o passado toca o presente, criando um país vibrante e dinâmico. A criação do Estado trouxe à região judeus dos quatro cantos do mundo, formando uma sociedade nova, ainda em evolução."

A senadora reconheceu haver problemas graves entre Israel e seus vizinhos árabes. "Porém, hoje, a palavra de ordem é a negociação. Estamos sentindo as dificuldades, mas

o momento é de esperança. Israelenses e palestinos vêm se unindo cada vez mais em torno do ideal comum da convivência pacífica. Infelizmente, há grupos extremistas que não entendem a necessidade de acordos justos e duradouros. Mas o sentimento majoritário na região é que somente com negociação se atingirá a paz duradoura, imprescindível à sobrevivência de ambas as partes", finalizou Emília.

## Ademir pede recursos para Universidade Federal do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apelou na sexta-feira ao relator do projeto de Orçamento de 1999, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), para que não rejeite uma emenda de R\$ 40 milhões, destinada a manter em funcionamento a Universidade Federal do Pará. "É preciso que todos façamos um esforço no sentido de garantir a aprovação dessa emenda", conclamou Ademir.

O parlamentar afirmou que o Pará tem 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados, existindo municípios que exigem 48 horas de viagem de ônibus até Belém. "São distâncias muito grandes e a dificuldade do nosso povo exige que a formação chegue à sua base", explicou. Ele informou que a Universidade do Pará já conseguiu sua interiorização, funcionando hoje em 15 municípios, mas disse temer por sua inviabilização.

– Depois do governo Collor e, agora, no governo Fernando Henrique Cardoso, as universidades têm sido apertadas, espremidas, até não terem quase possibilidade de manutenção. Caminha-se efetivamente para a privatização das universidades – frisou.

Ademir Andrade se disse preocupado porque as universidades estão ficando impossibilitadas de manter seus cursos de interiorização. Afirmou que o custeio da Universidade do Pará para 1999 está orçado em apenas R\$11 milhões. "São mais de 30 mil alunos, e é impossível manter-se o funcionamento daquela instituição, que tem inclusive um hospital com atuação em todo o estado do Pará, com tão poucos recursos."

Depois de explicar que as bancadas do Pará e do Amazonas se uniram para apresentar a emenda, o senador salientou que o propósito é permitir que a Universidade continue funcionando no interior.

## PAUTA DO SENADO PARA O PERÍODO DE CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Número	Assunto	Relator	Situação Atual
<b>CPMF</b>			
PEC 34/98	Prorroga e altera a alíquota da CPMF	Romeu Tuma (PFL-SP)	Aprovada, em 1º turno, em 6/1/99. Nesta segunda-feira, 3º e último dia de discussão do 2º turno
<b>Reforma Político-Partidária</b>			
PLS 187/98	Limita acesso ao Fundo Partidário	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PLS 188/98	Institui o financiamento público das campanhas eleitorais	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Será apreciado na CCJ, em 20/1/99
PLS 189/98	Prazos de domicílio eleitoral e filiação partidária	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 38/98	Limita o número de vereadores	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 39/98	Institui o voto facultativo	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 40/98	Restringe pesquisas eleitorais	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 41/98	Trata da vacância de senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
PEC 42/98	Institui o sistema eleitoral misto para as eleições para a Câmara dos Deputados e dispõe sobre a suplência dos deputados	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Será apreciado na CCJ, em 20/1/99
PEC 43/98	Segundo turno só para presidente da República	Sérgio Machado (PSDB-CE)	CCJ
PEC 44/98	Regras de fidelidade partidária	Sérgio Machado (PSDB-CE)	Será apreciado na CCJ, em 20/1/99
PEC 45/98	Mandato de seis anos para senador	Francelino Pereira (PFL-MG)	CCJ
<b>Outros assuntos</b>			
PLC 41/98	Regula o processo administrativo na administração federal	Francelino Pereira (PFL-MG)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 08/91	Extinção dos manicômios	Sebastião Rocha (PDT-AP)	Constará na ordem do dia do plenário de 21/1/99
PLC 61/97	Cria a Política Nacional de Educação Ambiental	Joel de Hollanda (PFL-PE)	Será apreciado na CE em 19/1/99
PLC 48/98	Ensino no Exército brasileiro	Bernardo Cabral (PFL-AM)	Constará na ordem do dia do plenário de 21/1/99
PLC 52/98	Parcelamento do solo urbano	Josaphat Marinho (PFL-BA)	Aprovado em 7/1/99. À sanção
PLC 53/98	Nomes genéricos em medicamentos	Lúcio Alcântara (PSDB-CE)	Constará na ordem do dia do plenário de 21/1/99
PLC 01/99	Coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação de sangue	aguardando designação de relator	CAS
PLC 03/99	Institui a política nacional de educação em direitos humanos para o ensino fundamental e médio	aguardando designação de relator	CE

Obs.: Além das matérias acima, a convocação extraordinária inclui matérias sobre tratados, acordos e atos internacionais; projetos de competência privativa do Senado; medidas provisórias; matérias orçamentárias; e ainda as que estejam tramitando sob o regime de urgência ou que sejam encaminhadas neste período.